



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Ata da Sessão Ordinária realizada em 2015/02/26

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Vinhais, no Auditório do Centro Cultural, às quinze horas, foi declarada aberta a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

PRESIDENTE: Horácio Domingos Afonso; -----

1.º SECRETÁRIO: Maria de Lurdes de Freitas; -----

2.º SECRETÁRIO: José Carlos Claro. -----

PRESENCAS: -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Manuel Dinis Magro Gomes, Raquel Filomena Moreira Gonçalves, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Amável de Jesus Rodrigues, Adérito António Pinto Machado, José Urbino Alves, Luís António Bebião Pires, Carlos Armando Ventura Caseiro, Francisco José Nunes Cunha, Rui Virgílio da Cunha Madureira, António Manuel Lousada, Manuel António Fernandes Martins, António Vicente Morais, José António dos Reis, Duarte Nuno Pires, Amauri dos Santos Morais, Hilário de Assis Gonçalves Pires, António Paulo de Oliveira Neves, André João da Silva Rodrigues, Adelino José dos Santos, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Maria Matilde Afonso de Carvalho Barreira e Nuno Alexandre Barreira Santos. -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”. -----

João Manuel Quintino Fernandes, Fernando Jorge Afonso Gonçalves e António Luís Gomes Gonçalves. -----

MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Eduardo Vicente Roxo, Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, José Humberto Martins, José Maria Ribas, António João Margarido Alves, Lucília Cristina Rodrigues Pereira Graça, Alberto dos Anjos Martins, Inácio Lourenço Fernandes e Pedro António Pereira dos Santos. -----

MEMBROS ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”: -----

Ana Rita Neto dos Reis, Egídio José Coutinho Frias, Mário Manuel Pinto Rodrigues, Carla Sofia Pires Tavares, Maria Adelaide Fernandes Morais, Luís Filipe Garcia, Luís Miguel Alves Gomes, Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, Pedro Nuno Aboim Pinto e Viriato Emílio.-----

Faltaram por motivo justificado os Senhores Deputados Eduardo Manuel Martins Rodrigues, Pedro Miguel Martins Miranda, Carlos Alberto Vaz e Solange Sofia Aboim Lobo.-----

Verificada que foi a existência de quórum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão Anterior; -----

2.2 - Leitura resumida do expediente; -----

2.3 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;

2.4 - Período de intervenções; -----

2.5 – Contrato-Programa entre o Município de Vinhais e a Empresa Municipal ProRuris;

2.6 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Relatório de avaliação de 2014. -----

3 - Período reservado ao público. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, solicitou autorização para nomear o Senhor Deputado José Carlos Claro, para integrar a Mesa da Assembleia, tendo recebido a anuência de todos os membros. -----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Demonstraram essa intenção os Senhores Deputados: -----

- Hugo Sérgio Gonçalves Barreira;-----
- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques; -----
- Carla Sofia Pires Tavares. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, leu para a ata uma intervenção do seguinte teor: -----

“Exº Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Camara Municipal, Senhores Presidentes de Junta, Senhores deputados, Senhoras e Senhores. -----

Esta minha intervenção é de cariz unicamente pessoal, mesmo não sendo um assunto diretamente relacionado com esta Assembleia. -----

No último dia 15 de Fevereiro o PSD-Vinhais foi a votos e elegeu como Presidente, o vosso bem conhecido, Carlos Almendra que foi membro desta Assembleia durante 16 anos. Os militantes falaram e foram claros na sua escolha, e assim um novo ciclo abre-se em Vinhais. --
Estou certo que fará um ótimo trabalho à frente do PSD-Vinhais, estando atento às políticas que se fazem no nosso concelho, e empenhando-se para que o nosso concelho cresça e prospere, para que todos, jovens e menos jovens tenham uma oportunidade de se fixarem no nosso concelho. -----

Sendo Carlos Almendra, meu amigo e amigo de muitos vós aqui presentes desejo-lhe um ótimo mandato e que da minha parte terá sempre o meu apoio para que Vinhais tenha um

melhor futuro.” -----

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, leu para a ata uma intervenção do seguinte teor: -----

“Correndo o risco de me repetir, mas contra factos não há argumentos, e uma vez mais tenho que felicitar todo o executivo camarário, todos os funcionários que estiveram diretamente ligados à organização e à realização da maior Feira do Fumeiro do País, a nossa XXXIV Feira do Fumeiro de Vinhais, pela sua excelente divulgação e promoção, pelo grande empenho e profissionalismo demonstrado durante os dias em que a mesma decorreu. -----
Aproveito também para felicitar pela realização do evento “Mil Diabos à Solta” um evento que sem dúvida, voltou a ser um grande sucesso, bem hajam.” -----

Por último a Senhora Deputada Carla Sofia Pires Tavares, leu uma intervenção do seguinte teor:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Vinhais -----
Excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal de Vinhais -----
Senhoras e Senhores membros desta assembleia -----
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vinhais -----
Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Vinhais -----
Excelentíssimo Secretariado da Assembleia Municipal -----
Excelentíssimo Público -----
Senhoras e Senhores -----
Decorreu no fim-de-semana de 7 e 8 do corrente mês a 35ª edição da feira do fumeiro, não obstante o sucesso do evento, cumpre-me fazer algumas considerações: -----
-Deve ser reconhecido o trabalho e empenho das pessoas ligadas à organização do certame, não é um evento qualquer e o seu sucesso requer dedicação e empenho. **Nossos Parabéns!** -----
- A imagem passada na comunicação social não reflete de todo a realidade da feira, tendo em conta que grande parte dos expositores de fumeiro são exteriores ao concelho. -----
- O dinheiro realizado com a venda de cerca de 50 toneladas de fumeiro como foi noticiado, foi grande parte para fora do concelho. **Não é este o Objetivo Senhores!** -----

- A redução do número de expositores locais e das quantidades de fumeiro local exposto deve ser motivo de reflexão por parte da autarquia. É visível a falta de incentivos aos produtores, basta ver que é maior o prémio para o melhor touro, do que para o concurso de melhor fumeiro.
- O fumeiro de Vinhais é de altíssima qualidade, vêm pessoas de todo o país para o adquirir alguns Vinhaenses regressam à terra, gozando, em alguns casos, férias nesta altura para estar presentes e verificam à chegada a elevada quantidade de fumeiro e Bragança, Carrazeda, Alfandega, etc...a vender o fumeiro deles aproveitando a feira do fumeiro de Vinhais. O que **põe em causa a essências e as características e o valor conquistado do nosso fumeiro.** ----
- Ao não incentivar a criação de raça bisara, não incentivar os produtores locais a produzir o fumeiro tradicional para expor e vender, ao permitir que produtores de outros locais, com fumeiro de qualidade desconhecida vendam na feira do fumeiro de vinhais, corremos o risco de descredibilizar o que é nosso e tanto valor tem. -----
- Alguns feirante da rua estão instalados mesmo em frente à entrada principal da feira, com a venda de todo tipo de artigos que nada têm a ver com os produtos regionais e com o meio rural. Este ano em particular chegou a ser incomodativa a poluição sonora proveniente dos feirantes com altifalante em frente ao certame. -----
- Deixo a questão: -----
- Que medidas irão ser tomadas para promover a raça bísara e para inverter a decadência da produção e venda do fumeiro local?-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que agradeceu todas as intervenções proferidas. -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Carla Sofia Pires Tavares, disse que, esperava que, com a explicação que ia dar ficassem esclarecidas todas as dúvidas que existem. Disse que compreendia muito bem a intervenção da Senhora Deputada, pois revelava algum desconhecimento acerca do assunto. Quando afirmou que um grande número de expositores eram de fora do Concelho de Vinhais é perfeitamente verdade, o que era verdade e era desejável era que fossem ainda mais e não era possível retirá-los, bem antes pelo contrário. -----

Continuou a explicar dizendo que, o que se passava era que o fumeiro de Vinhais tinha indicação geográfica protegida, a indicação geográfica protegida é um selo de qualidade, que é atribuído pela União Europeia. Para um produto ser reconhecido como IGP ou DOP tinha que ter alguma escala, algum território, não podia ser só o Concelho de Vinhais, muito menos só uma freguesia, tinha que ser uma região. -----

Na altura em que se fizeram os cadernos de especificação da candidatura destes produtos a Europa questionou qual era a indicação geográfica, isto é, quais eram os Concelhos que estavam incluídos, qual era o território que ia integrar a denominação “Fumeiro de Vinhais” e na altura foram indicados os seguintes concelhos: Vinhais, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé, Moncorvo, Carrazeda de Montenegro, Vila Flor, Vimioso e Chaves, pelo que o fumeiro de Vinhais, certificado faz-se nestes nove concelhos. A confusão é as pessoas associarem que a Feira do Fumeiro só se fazia com fumeiro de Vinhais, mas não, exatamente como acontece com a Carne Mirandesa, existe em Miranda do Douro, em Mogadouro, em Macedo de Cavaleiros, em Vinhais e em Bragança.-----

Relativamente ao fumeiro de Vinhais, existe em todos estes Concelhos é a lei que assim o determina, e por essa razão não se pode proibir nenhum produtor destes Concelhos de se inscrever na Feira do Fumeiro de Vinhais. A área territorial do fumeiro de Vinhais é toda esta zona que se acabou de falar, a denominação correta devia ser “Fumeiro de Trás-os-Montes”, para englobar todo o território, mas na altura como o Concelho de Vinhais foi o primeiro a avançar com a candidatura, ficou a designação de “Fumeiro de Vinhais”. -----

Continuou a explicar que, relativamente à raça bísara, quando se pediu a sua certificação, foi questionado qual a matéria-prima que ia ser utilizada. Em Portugal existem duas raças de porcos, o preto e o bísaro, o preto mais no sul, o bísaro mais no norte, mas existem em todo o país e é por isso que a associação dos bísaros se chama Associação Nacional dos Criadores de Suínos de Raça Bísara, isto é, é uma associação que tem sede em Vinhais, mas protege e dá apoio a todos os produtores destes animais a nível nacional. A alheira de Mirandela para ser certificada, tiveram que indicar uma matéria-prima e foi indicado o porco bísaro para servir de base aos enchidos. -----

Disse que, esperava que o assunto fosse compreendido porque é que a Feira do Fumeiro que se realiza em Vinhais, tem produtores de fumeiro de Vinhais e dos Concelhos que integram a área certificada. -----

Existe também fumeiro que não é certificado, designado por fumeiro regional e que também é admitido que venha de outros lugares do país, porque a certificação é de facto um selo de qualidade, mas não quer dizer que o fumeiro que não é certificado, não tenha qualidade, claro que também tem qualidade, há muito que tem qualidade, razão pela qual os seus produtores também podem vender esse fumeiro aqui ao Concelho de Vinhais. -----

Por disse não perceber em que isto podia vir prejudicar as pessoas do Concelho de Vinhais, não tinha qualquer problema, as pessoas não deixam de fazer qualquer negócio pelo facto de outras pessoas estarem a vender. Aliás é um ramo, é uma indústria que está em expansão, está com grande pujança, tem criado emprego, e por isso é assim que se irá continuar. -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição relativamente ao ponto em discussão, não tendo sido manifestada qualquer intenção. -----

Seguidamente a ata foi sujeita a votação e aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados, Francisco José Nunes Cunha, Lucília Cristina Rodrigues Pereira Graça, Egídio José Coutinho Frias, Mário Manuel Pinto Rodrigues, Viriato Emílio e Maria Adelaide Fernandes Morais, motivadas por não terem estado presentes na sessão em causa. -----
Absteve-se ainda a Senhora Deputada Carla Sofia Pires Tavares da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “Vinhais Para Todos”. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o primeiro Secretário da Mesa, para dar conhecimento da correspondência recebida, no período que medeia entre a última sessão desta Assembleia e esta, dizendo que, a mesma se encontra disponível para consulta, nos serviços de apoio a esta Assembleia. -----

2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. -----

Exmo. Senhor -----
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício -----
Senhores Secretários da Mesa -----
Senhores Vereadores Presentes -----
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias e demais senhoras e senhores deputados municipais
Minhas Senhoras e Meus Senhores -----
Caríssimo público -----

Sendo esta a primeira sessão da Assembleia Municipal do ano de 2015, estou certo que todos nós, membros desta Assembleia Municipal, ambicionamos, que este ano seja melhor que o anterior, quer a nível pessoal, quer no contexto das funções que aqui desempenhamos, a trabalhar em prol do interesse público. -----

Mas analisando a situação do País, estou certo que todos continuamos a ter muitas dúvidas sobre o que este ano nos reserva, porque apesar dos sinais positivos que nos querem mostrar, a verdade é que a vida das pessoas não melhora, continuando estas a sofrer na pele as consequências de uma austeridade cega, que não leva a lado nenhum, piorando até os dados económicos do País. -----

Vários exemplos podiam aqui ser citados e que são do conhecimento de todos, mas se me permitem gostaria de referir um, que é aquele que mais me tem chocado e impressionado, como estou certo a cada um de vós, que é o setor da saúde. -----

Aquilo que a comunicação social nos tem mostrado, e que provavelmente alguns de vós já constatou pessoalmente, não deve existir num País civilizado e muito menos num País da União Europeia. A dignidade da vida humana não tem preço, e tudo deve ser feito para que estes acontecimentos que todos os dias temos conhecimento não aconteçam. -----

Tendo em atenção tudo isto, mais se justifica os apoios que a Câmara Municipal tem prestado ao nível dos cuidados de saúde. Importa aqui salientar os apoios como o transporte dos doentes oncológicos, serviço que, infelizmente, é cada vez mais requisitado pela população, os apoios ao nível das vacinas para a meningite, que não fazendo parte do Plano Nacional de Vacinação, e devido ao agravamento das condições económicas das famílias, faria com que, muitas crianças não fossem vacinadas. -----

Assim e no ano de 2014 foram administradas 114 vacinas, num montante de 7.200 € -----

Um outro apoio que é importante referir nesta área da saúde é aquele que é prestado pelas equipas de enfermagem e fisioterapia, quer ao nível das instituições como os lares e centros de dia, quer ao nível da população em geral, que tem desempenhado um papel importantíssimo devido principalmente ao serviço de proximidade, o que faz com que mais Juntas de Freguesia queiram aderir a este projeto para melhor servir as suas populações. -----

Neste projeto (fisioterapia, enfermagem e animação social), importa salientar a relevância que tem noutra prisma não menos importante, que é o emprego, dado que 10 pessoas podem assim exercer a sua atividade profissional no nosso concelho e ainda mais relevante pelo facto de serem pessoas jovens. -----

Mas já que falo deste tema do emprego que como todos sabemos é um flagelo social, gostava de realçar aqui o contributo que tem sido dado pela Câmara Municipal ao nível das várias

candidaturas que têm sido feitas em conjunto com o IEFP e que durante o ano de 2014 beneficiou mais de 95 pessoas, e em que, em termos financeiros possibilitou que viessem para o concelho verbas superiores a 250.000 euros. -----

Penso que ao nível do nosso concelho é significativo e importante no contexto económico, já que muitas famílias foram beneficiadas com estes programas. -----

Quanto se fala no contexto económico da nossa terra, não poderia deixar de referir aquele que, conjuntamente com a castanha é também de grande importância, que é o fumeiro. -----

E aqui referir uma vez mais o sucesso que foi a última feira do fumeiro, decorrida há semanas atrás. Foi provavelmente, queremos nós a melhor feira do fumeiro, isto se analisarmos aquele que deve ser o barómetro mais importante, que são as vendas e como todos puderam constatar havia uma opinião unânime por parte de todos aqueles que participaram na feira e não me estou a referir apenas àqueles que dizem que “ o negócio corre bem por dizer” mas àqueles que efetivamente fazem disto a sua profissão. -----

Este é quanto a mim, tal como o número de pessoas que todos pudemos ver durante os quatro dias da feira o melhor indicador do sucesso da mesma.-----

Mas para que isto fosse possível, houve muita gente a trabalhar arduamente durante vários dias e noites, por isso a todos aqueles (referindo-me aqui principalmente aos trabalhadores do município) que durante estes dias e noites não olharam a esforços para o sucesso deste certame, o nosso muito obrigado e um muito bem hajam por parte da Câmara Municipal.” -----

Quanto à situação financeira é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – €723.587,63 -----

- Dotações não Orçamentais – €609.475,47” -----

2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição, tendo demonstrado essa intenção os Senhores Deputados: -----

- Egídio José Coutinho Frias; -----

- Maria Adelaide Fernandes Morais. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, que proferiu a seguinte intervenção: -----

“Boa tarde a todos e votos de bom ano, uma vez que é esta a primeira reunião. -----

Um prévio reparo ao presente ponto da ordem de trabalhos desta Assembleia, e que se prende com a distribuição prévia da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município. O ponto 2 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro refere o envio da documentação em simultâneo à ordem de trabalhos, faço a pergunta à Mesa, qual a razão, porque eu tenho notado que nas sessões anteriores tal como nesta a informação escrita do Senhor Presidente não nos é previamente entregue? O que a meu ver só teria vantagens, pois permitir-nos-ia ter uma discussão mais acalorada e esclarecedora do estado do Município. -----

Ouvi o Senhor Presidente, e relativamente à vida do Município retive duas ideias, a ideia das dotações orçamentais e não orçamentais, mas também Senhor Presidente o esforço que a Câmara tem estado a fazer de apoio aos munícipes, e isto é extremamente relevante, cento e catorze casos de vacinas. -----

Senhor Presidente com humildade e sinceridade digo bem haja, porque eu tal como muita gente achamos que Vinhais está melhor hoje do que estive no passado, mas a nossa insatisfação também é grande, porque gostaríamos que estivesse ainda melhor, e achamos que é possível com a ajuda de todos, a disponibilidade das ideias, o confronto das ideias é que faz mover a sociedade e nós não vimos aqui a dizer mal por dizer mal, obviamente que a situação da Feira, quando nós nos referimos que há um grande número de pessoas de fora, ficamos extremamente orgulhosos que essas pessoas escolham vir à nossa feira, à feira de Vinhais. -----

Agradeço-lhe a preciosidade e a forma sintética como fez relativamente ao problema da razão de ser assim, é efetivamente assim e nós não desconhecemos, agora aquilo que queríamos mais, era, promoção da própria Câmara às pessoas originárias de Vinhais, que por uma razão talvez de logística não tem capacidade para estarem presentes, que num futuro certame o possam estar, é isto que nós queríamos dizer. Mas também nos estranha alguma coisa, se bem que nos estranha, mas não nos ofende e gostamos muito de ver as botas militares ali à porta da entrada do certame, não temos, mas gostávamos de ver lá outra coisa, é uma sugestão, talvez para a organização do espaço, Senhor Presidente. -----

Não veja aqui qualquer má fé ou má vontade da nossa parte, extremamente orgulhosos quando a gente se identifica como sendo de origem de Vinhais e eles nos dizem que tem lá um salpicão excelente e a gente diz, nós também lá temos vinho excelente, tá a ver, portanto façam o favor de vir. -----

Senhor Presidente, o período entre a última Assembleia que foi entre dez de dezembro e o presente dia, eu gostaria de saber mais qualquer coisa sobre a atividade do Município, por exemplo Senhor Presidente, neste tempo, que tempo e que quantidade de procedimentos concursais teve a Câmara? Quer isto dizer, ajustes diretos, públicos para aquisição de bens e serviços? -----

Senhor Presidente ficámos extremamente orgulhosos, não só da Feira do Fumeiro, que já falámos, mas também o evento que foi “os mil diabos à solta” tiveram obviamente um imenso impacto e culturalmente já são uma referência no calendário nacional. Mas, Senhor Presidente isso trás riqueza, e agora na área da educação, Senhor Presidente, no desporto, na juventude, o que é que foi feito, com certeza que foi feito alguma coisa, na área de serviço da ação social. – No relatório por exemplo da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, vejo por exemplo que, isto é uma espécie de relatório, não quero ofender espécie de relatório, vejo por exemplo que as instalações desta Associação são partilhadas dentro de um gabinete da Câmara. Dada a natureza e a sensibilidade do assunto, merecia outras instalações, não é obviamente dever da Câmara, vejo também que a colaboração que a Câmara tem dado é suficiente a essa Associação, mas aquilo que depois diz aqui à frente é o anseio....-----

Fiquei muito satisfeito por saber também da qualidade da água em Vinhais, fiquei sensibilizado por ter sido dado um prémio à qualidade da água. -----

Mas Senhor Presidente, quais foram, que tipos de investimentos, o que é que está a acontecer para garantir que essa mesma qualidade continue, nomeadamente, nas infraestruturas de distribuição? Qual é o nível de perdas da rede de distribuição de águas no Concelho de Vinhais, sabemos que é gigantesca, não creio que seja dessa dimensão aqui em Vinhais. -----

Senhor Presidente, a nível de gestão do Município, está já implementada a contabilidade analítica ou de custos? Que é evidenciada pelo POCAL? No último relatório de acompanhamento do técnico de contas, ele fazia referência a isso, e dizia que não, que nós não estávamos a fazer exatamente. Estas e outras mais, se acaso a gente tivesse conhecimento prévio da intervenção do Senhor Presidente, obviamente que teríamos outras questões a colocar, mas esta é um fio condutor. -----

Senhor Presidente, muito obrigado pela vossa paciência, estas são duas ou três vistas relativamente à vida do Município, e acredite que lhe endereço neste momento os parabéns, porque já o fiz no passado, sei o quanto é difícil liderar o quer que seja, mas também nós temos que conviver com a crítica, critica que na minha parte, acreditem sinceramente que é bem-intencionada e bem dirigida, muito obrigado.” -----

Concedida a palavra à Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, disse o seguinte:

“Ainda a respeito da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, realmente todos nos congratulamos com o êxito da Feira do Fumeiro, isso é inequívoco, não há nenhum Vinhaense que goste que a Feira acabe ou que não continue e continue até melhor, todos gostamos disso. Também concordo que a área geográfica como o Senhor Presidente disse, para ser candidata a uma certificação terá que ser uma área geográfica maior, é verdade também, agora eu lanço aqui então um desafio ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Eu conheço Câmaras, que por acaso até são da vossa cor política, se assim se pode dizer, vou vos expor o caso de Montalegre, que nós não queremos ser ultrapassados por Montalegre, não queremos mesmo, eu pessoalmente não quero e não acredito que alguém queira. Então lanço aqui um desafio ao Senhor Presidente da Câmara, porque não lançar um apoio aos..., não digo um apoio técnico, técnico é muitíssimo importante na instalação de pequenas explorações da raça bísara ou traçados, segundo me consta também podem ser apresentados como candidatos ao fumeiro em Vinhais e até o outro, mas eu lanço aqui um desafio ao Senhor Presidente da Câmara, criar um incentivo à instalação. -----

Montalegre, e eu sou atenta, costumo ler muitas vezes no site da própria Câmara, por acaso é bastante informativo, lançou agora um apoio à instalação de pequenos ruminantes, que vai de cinco mil a seis mil e setecentos euros, por instalação, isto seria ótimo em Vinhais, o apoio técnico, um apoio à instalação de pequenas explorações agrícolas, porque o que faz muitas vezes as pessoas não quererem dedicar-se à exploração e hoje a agricultura já não é aquela cena do coitadinho, é agricultor, agora já não é assim “col”, agora ser agricultor é “in” como se costuma dizer e como é “in” há muitos jovens com formação académica, até formados na escola superior de educação, aqui bem próximo em Bragança que gostariam de ser agricultores, e como gostavam de ser agricultores, o que é que se lhes põe de entrave. Primeiro o apoio técnico, onde vão instalar-se, se o Parque Natural de Montesinho deixa ou não, se o Ministério do Ambiente deixa ou não, porque é uma pequena exploração, qual é o apoio que eu vou ter porque vou-me candidatar a um fundo comunitário. Realmente posso candidatar-me, tenho 60% a fundo perdido, mas faltam 30%, esses 30% quando é um jovem casal, todos nós sabemos, tesos estamos todos como diz o Senhor Presidente, estamos mal, mas a verdade é que se houver um apoio, esse apoio pode ajudar muitos jovens a instalarem-se. -----

Eu acredito, e acredito que muita gente me diz que gostava de se instalar como produtor de raça bisara ou traçada, isso seria um incentivo muito grande, muito grande há feira, muito grande a Vinhais, ainda que outros lados venham, a verdade Senhor Presidente, é que, o fumeiro não é igual, não é igual o fumeiro do bísaro de Gimonde e o fumeiro de Vinhais, não tem o mesmo

tratamento e aliás, na própria formação do produto DOP, da certificação do produto, os condimentos na execução do fumeiro não são os mesmos em Alfândega da Fé, em Mogadouro, em Bragança que são em Vinhais. -----

Eu explico porquê, aliás até há uma lacuna na própria apresentação da execução do fumeiro, quer que lhe diga qual é Senhor Presidente, olhe o chouriço azedo na minha terra, no Concelho de Vinhais, na zona norte do Concelho, e eu vi muitas vezes fazer fumeiro e graças a Deus tinha uma avó que o fazia muito bem, o chouriço azedo nunca levou colorau, uma razão simples, se é azedo não leva colorau, porque o colorau não o deixa azedar, isso é uma lacuna que muita gente viu no chouriço azedo. Claro que há muitos Concelhos, Miranda também põe salsa na alheira, eu gosto, pessoalmente gosto, mas essa não é alheira de Vinhais. -----

E também sei Senhor Presidente, e agora humildemente vamos aqui estabelecer uma relação, conheço pessoas que compraram salpicão, que pagaram a 40,00 € o salpicão, e que a carne aquilo que esperavam daquele salpicão, e quem conhece fumeiro, sabe muito bem, uma coisa é cheirar o fumeiro produzido na Mofreita, em Fresulfe, a quem deixo aqui os parabéns, que foi este ano o melhor fumeiro, uma coisa é cheirar um salpicão da zona norte do Concelho de Vinhais, que me desculpem os da zona sul, mas o tratamento já não é o mesmo, cheirar um salpicão da zona norte de Vinhais e cheirar um salpicão que venha de Alfândega da Fé, de Miranda do Douro ou que venha de qualquer outro sitio do país, é diferente. -----

As pessoas quando procuram salpicão de Vinhais, procuram salpicão que seja feito tal qual se fazia antigamente em Vinhais. Este é um repto que lhe deixo, faça assim os jovens criarem o próprio emprego, havia muita gente, eu acredito que há muita gente, que o maior problema que se lhe põe, é realmente a ajuda técnica, onde vão fazer a instalação, como vão arranjar os 30% que lhe faltam na execução do projeto, se assim for, acredite que vai haver muita gente e que teremos muito mais expositores em Vinhais, com o fumeiro de Vinhais. -----

Claro que nós pertencemos a uma associação de raça bisara, pronto é nacional, está bem, também felicito ali o Senhor Presidente, porque realmente se é nacional não sei porquê, muitas vezes é a própria Câmara Municipal a patrocinar alguns aspetos, também não concordo. -----

Outro aspeto que eu queria aqui referir ainda referente à intervenção do Senhor Presidente, eu gostei bastante dos “mil diabos à solta”, mas vou deixar aqui uma crítica, o Senhor Dr. Roberto Afonso que me desculpe, falta coreografia, há muita participação, está bem, nós queremos que aquilo continue e continue bem, mas falta coreografia, faltava ali qualquer coisa, havia gente, mas faltava luz, faltavam archotes no meu entender, desculpe, mas é para isso mesmo que estamos aqui, estamos todos a trabalhar pelo mesmo, não queremos que os diabos, é sui-géneris em Vinhais, não deve perder-se, é o único sitio no país que tem, e acho que precisa ali de uma outra coreografia, mais investimento, talvez. Porque eu tenho amigos em Montalegre, também

tenho amigos, não tenho muitos, mas tenho alguns e bons, e sexta-feira treze, Montalegre, segundo uma pessoa amiga, dizia-me que bastam-lhe duas sextas-feiras treze, a Feira do Fumeiro e a Copa dos Ralis que tem Montalegre, para a Vila ter movimento e ter economia. Portanto nós também queremos Vinhais assim, queremos investimento, que traga lucro a privados e que traga movimento a Vinhais, economia a Vinhais, que é aquilo que Vinhais não tem, é economia local, não tem, Vinhais está a perder, talvez tenhamos turismo, talvez haja pessoas que vem por curiosidade a Vinhais, mas nós precisamos de gente que traga dinheiro a Vinhais, não precisamos que venha o bísaro de Bragança a vender muito a Vinhais, porque isso cria uma certa empolgação da Feira do Fumeiro em Vinhais, mas o dinheiro não fica em Vinhais, aqui estamos sempre no mesmo, aqui batemos sempre na mesma tecla, é que o dinheiro não fica cá, não pagam cá os impostos, não são de cá, portanto, é assim, se me disserem podemos proibir, é obvio não podemos proibir, não podemos, mas também podemos ajudar, naquilo que eu estou a pensar em dizer ao Senhor Presidente. Ou seja, criar prémios de instalação, a Câmara pode, pode criar prémios de instalação, porque se podem dar cinco mil euros às motas, às bicicletas, também podem criar um prémio de instalação aos pequenos produtores, que é isso que Vinhais tem de melhor é a Feira do Fumeiro, então vamos lá pegar naquilo que temos de melhor em Vinhais que é a Feira do Fumeiro, é o fumeiro e vamos pegar aí que é a nossa saúde da economia, ter algum lucro, é verdade o que o Senhor Presidente dizia, as pessoas vendem, estão satisfeitas, mas também lhe digo Senhor Presidente que as pessoas vendem em casa, também vendem em casa Senhor Presidente, e não precisam especificamente de vir à feira para vender produtos locais, porque praticamente tem o fumeiro vendido em casa.”

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, agradeceu todas as intervenções proferidas. Iniciou por se referir à disposição dos tendeiros aquando da Feira do Fumeiro, dizendo que não teve qualquer intervenção na atribuição dos lugares, no entanto também não gostou, principalmente na entrada do pavilhão da respetiva Feira. -----

Relativamente aos “Mil Diabos à Solta”, disse ser um evento que tem pernas para andar, no entanto irão tentar fazer alguns melhoramentos. -----

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, relativamente ao envio da informação escrita, vai solicitar aos serviços que o elucidem. A questão da água, não dá qualquer lucro e em relação à CPCJ, em sua opinião, encontra-se devidamente instalada. -----

Relativamente à contabilidade de custos, esta ainda não se encontra implementada. -----

Continuou a responder ao Senhor Deputado que quanto aos procedimentos concursais das obras, a relação escrita das obras, previamente enviada a todos faz menção dos mesmos. -----

Quanto à aquisição de bens e serviços, encontram-se a decorrer os procedimentos habituais que são lançados no início de cada ano civil. -----

Disse ainda que os Senhores Deputados tinham solicitado que fosse atribuído um apoio a pequenos ruminantes, para que as pessoas se pudessem instalar, tal como está a fazer a Câmara de Montalegre, pois bem, ele também concorda com esse tipo de apoio, só é pena que os Senhores Vereadores da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS” não votem a favor dos apoios que são concedidos à empresa Municipal ProRuris e à OPP, para pagar a sanidade animal. -----

Não há nenhum Concelho no País que dê apoio à agricultura, como dá o Concelho de Vinhais, isto são dados do Ministério da Agricultura. -----

Para terminar, disse que, era um grande defensor da agricultura, mas que não estava acessível a todas as pessoas, pois está altamente burocratizada, no entanto, já há muitas pessoas que trocam outras profissões pela agricultura. -----

2.5 – CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VINHAIS E A EMPRESA MUNICIPAL PRORURIS. -----

Nos termos do n.º 5, do art.º 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foi presente uma proposta de contrato-programa a celebrar entre o Município de Vinhais e a ProRuris EM - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais. Acompanhava esta proposta o parecer emitido, nos termos da alínea c), do n.º 6, do art.º 25, da referida Lei, pelo fiscal único, documentos que a seguir se transcrevem: -----

“ENTRE: -----

Município de Vinhais, contribuinte n.º 501 156 003, com sede em Vinhais, aqui representado pelo seu Presidente, Dr. Américo Jaime Afonso Pereira, nos termos do art. 35.º, n.º 1, alínea a), do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, de ora em diante designado por **MUNICÍPIO**.

PRORURIS – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM, com sede na Rua Dr. Álvaro Leite, em Vinhais pessoa coletiva N.º 507643720, aqui representada pelo Presidente do Conselho de Administração, de ora em diante designada por **PRORURIS**. -----

Considerando que: -----

1) A PRORURIS surgiu no ano de 2006 com o objetivo da promoção e desenvolvimento rural do concelho de Vinhais; -----

2) O Município é o único sócio da sociedade; -----

3) A sua atividade se tem traduzido numa importante mais valia para a promoção e desenvolvimento do concelho; -----

4) O Concelho de Vinhais encontra-se numa das zonas mais periféricas do país e, não obstante ter riquezas naturais e paisagísticas ímpares, não tem condições para garantir a sustentabilidade de investimentos privados em atividades que, por si só, podem não ser geradoras de lucro mas são indutores de novos elementos de coesão e desenvolvimento; -----

5) A conceção da PRORURIS tem cumprido integralmente a sua missão e, inclusivamente, apresenta condições para ser alargada, o que representa para o Município um fator de convergência no desenvolvimento das políticas locais; -----

6) No quadro da Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro, os Municípios tinham de manter o equilíbrio financeiro das empresas municipais participadas, através da cobertura dos prejuízos de cada ano. Todavia, as recentes alterações introduzidas pela Lei 50/2012 de 31 de agosto, vieram a impor uma disciplina diferente para a manutenção da atividade das empresas do setor empresarial local; -----

7) Conforme resulta do art.º 23º, n.º 2, alínea m), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais, são atribuições dos órgãos municipais, no domínio da promoção do desenvolvimento para uma salvaguarda dos interesses próprios das populações do Concelho; -

8) Conforme determina a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Quadro de Atribuições e Competências e o Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, que define clara e expressamente, no seu artigo 33º, n.º 1, alínea o), como competência da Câmara Municipal, *“Deliberar sobre a forma de apoio a entidades e*

organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista á realização de eventos de interesse para o município"; -----

9) E de acordo com o seu artigo 33.º, n.º 1, alínea u), é competência da Câmara Municipal "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município"; -----

10) E prevê o art. 50º, n.º 1, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que "*as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional onde se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas.*"; -----

Considerando estes condicionalismos, e que a celebração deste contrato-programa foi aprovada em reunião de Câmara no dia nove de fevereiro e também em Assembleia Geral Ordinária da PRORURIS. E.M. de dia trinta de janeiro, ambas de dois mil e quinze, é celebrado o presente Contrato-Programa, que se regerá pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula Primeira

Missão

É missão do MUNICÍPIO de Vinhais, no âmbito do presente contrato-programa, contribuir para a promoção do desenvolvimento económico, turístico e social do concelho, garantindo em especial: -----

- a) que sejam criadas as condições para que se torne mais fácil o acesso dos agricultores a serviços que lhes permitam melhor as suas competências e a sua capacidade competitiva; -----
- b) que desenvolva ações de formação profissional que concorram para a melhoria das competências dos cidadãos do concelho de Vinhais e que tenham como orientação preferencial a aquisição de conhecimentos no âmbito das atividades prevalentes; -----
- c) Que proceda à exploração e dinamização do Parque Biológico. -----

Cláusula Segunda

Obrigações da PRORURIS

1. Receitas -----

A previsão de receitas anuais da exploração da unidade do Parque Biológico, do Balcão do Agricultor e da formação profissional não refletem os preços normais de mercado (no que se

considera comercialmente ajustado à realidade nacional) dos serviços a prestar, já que o investimento assume, claramente, um cariz de promoção do concelho em termos económicos e sociais, motivo pelo qual os custos anuais totais de funcionamento, no montante de oitocentos mil e cinquenta euros (800.050,00 €) estão significativamente acima do valor das receitas. Contudo estas receitas estão subconsideradas no respetivo valor já que os preços a praticar assumem um claro estímulo de atratividade de clientela no sentido de potenciar o desenvolvimento económico e social do concelho. Desta forma as receitas consideradas estão abaixo dos normais valores de mercado em cerca de 33,75%, o que se traduz, em valores concretos, num diferencial nunca abaixo dos duzentos e setenta mil euros (270.000,00 €) anuais, valor este que consubstancia o objetivo setorial ou o preço, que, apesar de não ter cariz social, tem claramente um cariz de prossecução do interesse público que é o desenvolvimento, económico e social do concelho de Vinhais. Nesta lógica a PRORURIS, E.M. garantirá portanto, no âmbito da sua atividade de exploração a prática de preços (nestes termos) relativos à prestação dos diversos serviços sendo que todos os anos tais preços serão atualizados com referência aos coeficientes de atualização legais que permitam cobrir a taxa de inflação, nomeadamente através dos índices divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística. -----

2. Exploração do Parque Biológico -----

De igual forma, tendo como objetivo a promoção turística do concelho, e desta forma fomentar o desenvolvimento económico e social do concelho, através do Parque Biológico são praticados preços abaixo dos valores de mercado praticados em unidades semelhantes, cuja diferença anual ronda o valor de 80.000,00€ Tendo em vista atrair novos e mais visitantes e assim contribuir para o desenvolvimento turístico, económico e social do concelho, a PRORURUS compromete-se a dar continuidade à prestação de serviços de alta qualidade, praticando preços abaixo dos valores de mercado. -----

3. Relatório Anual -----

A PRORURIS obriga-se a elaborar e entregar ao MUNICÍPIO, até ao final de cada ano de vigência do presente contrato-programa, um relatório devidamente fundamentado, e com mapa analítico descritivo dos custos e receitas da sua exploração. -----

Cláusula Terceira

Obrigações do MUNICÍPIO

1. Como contrapartida pelas obrigações assumidas pela PRORURIS previstas na cláusula anterior, o MUNICÍPIO compromete-se a: -----

a) Conceder à PRORURIS um subsídio à exploração no valor de duzentos e setenta mil euros (€270.000,00). -----

Cláusula Quarta

(Indicadores de eficácia)

A qualidade do serviço prestado pela PRORURIS, EM, será aferida através dos indicadores de eficácia seguintes, determinados em função dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento aprovados: -----

- a) Prestação ineficaz: assegurar o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato-programa acolhendo até 60% das atividades previstas anualmente; -----
- b) Prestação eficaz: assegurar o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato-programa acolhendo 90% a 100% das atividades previstas anualmente; -----
- c) Prestação muito eficaz: assegurar o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato-programa superando o número de atividades previstas anualmente; -----

Cláusula Quinta

(Indicadores de eficiência)

A produtividade da PRORURIS, EM, será aferida através dos indicadores de eficiência seguintes: -----

- a) Prestação ineficiente: a execução das atividades com um nível de utilização de recursos financeiros superior ao valor previsto no contrato-programa; -----
- b) Prestação eficiente: a execução das atividades com um nível de utilização de recursos financeiros igual ao valor previsto no contrato-programa; -----
- c) Prestação muito eficiente: a execução das atividades com um nível de utilização de recursos financeiros inferior em, no mínimo, 5% ao valor previsto no contrato-programa. -----

Cláusula Sexta

Casos Omissos

Os casos não especialmente previstas neste Contrato Programa que se prendem com o exercício dos poderes da PRORURIS – Empresa de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM., no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento para 2015, serão resolvidos por decisão do Executivo Municipal, o qual para tanto poderá praticar os atos necessários a integral prossecução do respetivo objeto, salvaguardado que seja o interesse público da sua missão. -----

Cláusula Sétima

Vigência

O presente Contrato-Programa tem uma vigência de um ano. -----

O presente Contrato-Programa, celebrado em 9 de fevereiro de 2015, com efeitos a partir da presente data, foi feito em dois exemplares, ambos valendo como originais e ficando um para cada uma das partes outorgantes.” -----

PARECER

“Introdução -----

1. Foi-nos solicitado que, nos termos da alínea c) do n.º 6 do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, emitíssemos o parecer prévio sobre o Contrato Programa celebrado entre a sociedade Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, E.M, e o Município de Vinhais, o qual prevê uma contribuição do Município, sob a forma de subsídio à exploração, no montante de €270.000,00 (duzentos e setenta mil euros), para vigorar no decurso do ano de 2015. -----

Responsabilidades -----

2. É da responsabilidade da Assembleia Municipal a aprovação do referido Contrato Programa, de acordo com o previsto no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, o qual é proposto pelo órgão executivo do Município. -----

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar um parecer prévio, profissional e independente, baseado no nosso exame do referido contrato programa. -----

Âmbito -----

4. Exceto quanto ao efeito da anotação descrita no parágrafo n.º 5 abaixo, a análise a que procedemos foi efetuada tendo em atenção o conhecimento que possuímos da entidade e a análise dos documentos previsionais que nos foram apresentados. -----

O nosso exame inclui a: -----

- Verificação do cumprimento da legalidade quanto aos pressupostos e cláusulas constantes do referido contrato e a sua consistência com o objetivo da prossecução de atividades de interesse público; -----

- Avaliação da razoabilidade dos valores atribuídos sob a forma de subsídios à exploração e a

sua conformidade em relação ao previsto na alínea b), do n.º 1 do art.º 62.º da Lei n.º 50/2012;

e -----
- A avaliação sobre as condições de sustentabilidade da empresa tendo por base o referido contrato programa -----

Anotações -----

5. Pese embora o Contrato Programa estabeleça na sua cláusula 2.^a que os preços praticados estão abaixo dos preços de mercado, fazendo urna estimativa que aponta para um diferencial negativo de 33,75% e que se traduz em que os proveitos são inferiores aos custos, a empresa não dispõe de um sistema de contabilidade analítica onde se identifique, com fiabilidade, esse diferencial de preços praticado na ótica do interesse geral, tal como prevê o n. 3 do art.º 47.º da Lei n.º 50/3012, de 31/08. -----

Parecer -----

6. Em nossa opinião, salvo o possível efeito da anotação descrita no parágrafo n.º 5 acima, o Contrato Programa entre o Município de Vinhais e a Proruris -Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, E.M, para o ano económico de 2015, após procedermos a uma análise técnica apresenta as condições que nos permitem dar um parecer prévio favorável para a apreciação e votação do mesmo.”-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, para proferir a seguinte intervenção: -----

“Eu, já no ano passado tive aqui esta intervenção, questionei o ponto 2 do Programa-Contrato, e vou questionar este ano novamente, porque é assim, eu disse aqui e na altura foi a nossa questão da ata, que a ProRuris tem muito emprego, nós gostamos que os tenham, porque maioritariamente são de Vinhais e isso é muito bom, todos sabemos os jovens debatem-se com falta de emprego e quando nós conseguimos que pelo menos alguns fiquem em Vinhais, e que seja aqui a residência deles, que estejam cá e que seja cá o ganha-pão deles, ficamos satisfeitos. Agora há uma situação que eu, para nós votarmos, eu já lhe disse o ano passado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para nós votarmos a favor deste documento precisamos de algum esclarecimento, precisamos acima de tudo do relatório de atividades, porque, estes montantes aqui distribuídos, nós temos direito de saber, temos o direito e o dever, tem o dever

de nos informar, para que é que isto serve, isto porque eu não sou economista, percebo muito pouco disto, há esta dúvida que me surge. -----
Depois no ponto 2, voltamos ao debate do Parque Biológico, é assim, 80.000,00 € é muito dinheiro, para mim é muito dinheiro, para a maioria das pessoas, não sei, para mim é muito dinheiro, e a questão que aqui se prende, e neste momento estou mais à vontade para falar nisto é que isto colide com interesses privados, colide, a oferta do Parque Biológico não é só da visita ao Parque Biológico, que tem animais e que as pessoas gostam de visitar, a verdade é que tem oferta hoteleira, e estar a dar uma oferta hoteleira a colidir com interesses de privados e a dizer aqui que são praticados preços abaixo do valor do mercado, eu quero a garantia, a minha bancada quer a garantia de que isto não viola de forma nenhuma a lei. -----
Nós não estamos para um dia destes vir aqui alguém, a pedir-nos responsabilidades por termos votado este contrato neste aspeto. Este foi já o tema do ano passado deste protocolo, que a empresa presta serviço à agricultura, não há dúvida nenhuma, de que as pessoas tem um enorme interesse em Vinhais, também não restam dúvidas, agora não sei porque razão, aliás, há aqui outro aspeto, e que este ponto até colide com o próprio objeto da empresa, o objeto da empresa não é promoção turística, é apoio à agricultura, e o que me parece aqui é que o Parque Biológico não dá apoio à agricultura, isto é promoção turística. -----
O que se põe aqui, eu defendo tanto isto como se eu fosse lesada ou seja lesada outra pessoa qualquer, é que, queremos que nos expliquem aqui estes 80.000,00 € neste contrato-programa.

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, que disse em nome da bancada do Partido Socialista e analisando o programa especificamente, relativamente ao Parque Biológico o estudo que foi feito foi comparativo a equipamentos do mesmo género não a privados. Disse ainda que se podia analisar por exemplo, o preço praticado numa entrada em Vinhais com jovens entre os 7 e os 17 anos custa 1,50 € em Miranda do Corvo a mesma entrada custa 3,00 €, no Parque de Gaia 3,00 € a 6,00 €, mas no Parque de Gaia ao entrar paga 3,00 € mas se quiser visitar outros equipamentos dentro do Parque, paga novamente. -----

Portanto quando a Câmara se predispõe e a Empresa Municipal ProRuris, EM a transferir 80.000,00 € pensa ser para compensar essa situação e não em relação ao alojamento, porque a nível de alojamento local os preços do Parque estão acima dos preços praticados, porque a unidade hoteleira pratica 35,00 € quarto, com pequeno-almoço, no Parque Biológico fica mais caro. -----

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, que disse, que isto dos preços do Parque Biológico serem praticados acima ou abaixo, não é muito grave, a questão que esta bancada coloca é que são praticados preços mais baixos, do que nos alojamentos privados, e que estes são prejudicados. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, para dizer que aquilo que os Senhores Deputados deveriam ter em atenção eram as funções que deviam ser desenvolvidas pela Câmara Municipal, estão a ser levadas a efeito pela Empresa Municipal, substituindo-se assim à Autarquia. -----

Concedida novamente a palavra ao Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, esclareceu que quando se referem a preços se deve ter em conta os preços praticados por equipamentos semelhantes e do mesmo ramo, o estudo comparativo é referente a estes e não aos preços praticados por particulares. -----

Solicitou de seguida a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dizer que gostava que todos os Senhores Deputados votassem favoravelmente este contrato, porque é uma questão de justiça, e não tinham motivo nenhum para votar de outra maneira. -----

De seguida fez uma breve alusão ao seu projeto de trabalho, onde um dos seus maiores objetivos sempre foi o desenvolvimento rural, que é a base da economia das terras do interior, e o Estado aos poucos foi-se desresponsabilizando desta obrigação de apoiar a agricultura. Toda a gente se lembra quando o Ministério da Agricultura tinha vários funcionários em Vinhais, que depois foi reduzindo, até que acabou por fechar todos os serviços que davam apoio à agricultura neste Concelho, e os agricultores que precisam cada vez mais de apoio, foram deixados à sorte, por essa razão foi constituída a Empresa Municipal ProRuris, EM, para colmatar essas dificuldades. Foi também constituída uma empresa para o turismo, mas não sendo autossustentável, foi extinta, e como tinha vários serviços, estes transitaram para a Empresa Municipal ProRuris, EM. que ficou com o objetivo da agricultura e do turismo. -----

A Empresa Municipal ProRuris, EM tem um orçamento de 800.000,00 € por ano, e a Câmara Municipal só prevê transferir-lhe para que esse orçamento seja executado 270.000,00 € o restante eles vão ter que o arranjar, como sempre o fizeram. A Câmara entendeu que

80.000,00 €eram imputados ao Parque Biológico. Se o Parque Biológico gastou estes 80.000,00 € está explicitado na Prestação de Contas. -----

Continuou a dizer que as visitas feitas ao Parque Biológico, são completamente invejáveis, numa altura em que o País está como esta, a questão que aqui se coloca é que os preços que pratica são abaixo do mercado, claro que sim, as piscinas municipais também praticam preços abaixo comparadas com umas piscinas privadas.-----

Relativamente ao Parque Biológico, não há nenhuma concorrência, quer nos cavalos, quer no Centro de Interpretação de Raças Autóctones, onde pode haver concorrência é nas casas, se forem verificar os preços dos bungalows do País todo, e o preço que é praticado em Vinhais, os de Vinhais estão acima da media nacional, mas não há nenhum problema o único problema que existe é politica. -----

Continuou a dizer que, este Contrato já enviado para visto do Tribunal de Contas, mas foi devolvido por não estar sujeito, e que se os preços fossem altos não havia visitantes, pois o Parque Biológico é completamente autossustentável. -----

Para terminar disse que destes 270.000,00 € a grande fatia é gasta com a agricultura, não é com o turismo. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, para dizer que o parecer e o próprio contrato-programa, são demasiado genéricos. -----

De seguida usou novamente da palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, que disse o seguinte: -----

“Peço desculpa mas no parecer feito pelo Revisor de Contas diz assim: -----

“Responsabilidades -----

2. É da responsabilidade da Assembleia Municipal a aprovação do referido Contrato Programa, de acordo com o previsto no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, o qual é proposto pelo órgão executivo do Município. -----

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar um parecer prévio, profissional e independente, baseado no nosso exame do referido contrato programa.” -----

O Senhor deve ter tido, não sei qual foi o exame que fez, pois o contrato é muito sucinto, se se baseou no contrato, ficou a perceber tanto como eu, ele diz que se baseou no contrato, o contrato

não lhe deve ter dado grande coisa para analisar, mesmo sendo Técnico Oficial de Contas, e uma respeitável personalidade segundo me consta, diz que falta a contabilidade analítica, quer dizer, ele próprio admite, quem sou eu, para perceber este contrato, eu não duvido da boa fé, Senhor Presidente, que isto sirva para ajudar os agricultores. É assim, o que está aqui em causa é que é uma verba que não é assim tão pequena, são 270.000,00 € o que nós queremos saber é que, como bem disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de que forma, qual é o contrato-programa, porque deve haver um protocolo assinado pela Câmara, tirando este contrato com a Empresa Municipal ProRuris, a que é que se destinam estes 270.000,00 €? ----- Sabemos que 80.000,00 € são para o Parque Biológico, mas por esse lado, também precisávamos de saber, o Parque Biológico eu não duvido que ele é importante para a região e para a promoção turística, não está isso em causa, agora gostávamos de saber esses 80.000,00 € em termos de Parque Biológico, é para colmatar a diferença de preços nas entradas? É para isso? O Senhor Presidente acaba de me dizer que é autossustentável! Quer dizer, ainda fico aqui com mais dúvidas, se é autossustentável e vai receber 80.000,00 € então para que são estes 80.000,00 €?

É essa a nossa dúvida, eu só quero ser esclarecida nesse aspeto, da boa-fé do contrato não tenho qualquer dúvida, do trabalho da ProRuris também não tenho qualquer dúvida, a minha dúvida é, se o Senhor Presidente está a dizer e acredito nas palavras do Senhor Presidente, o Parque Biológico é autossustentável, bem, eu se for autossustentável não vou ao banco. ----- O Senhor Presidente percebe, é assim, isto é como ir ao banco, eu se for autossustentável não recorro a empréstimos, o que nós queremos saber é, se o Parque Biológico é autossustentável e então, se vocês querem o acordo desta bancada para votar este contrato, retirem-no, deem-nos a informação para a próxima Assembleia e nós votamos a favor do contrato.” -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra e dirigiu-se à Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, dizendo-lhe que na última reunião da Câmara Municipal os Senhores Vereadores da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”, pediram para retirar um assunto da Reunião de Câmara, que não tinham nada a opor, só queriam um parecer jurídico para saber a legalidade do assunto. -----

O parecer foi pedido, era positivo, não havia qualquer irregularidade e depois, mesmo assim votaram contra, por essa razão este assunto é votado hoje, até porque há prazos a cumprir. ----- Este documento é um contrato-programa, o que tem que pedir à Empresa Municipal ProRuris, EM, pois está no seu direito, é o Plano de Atividades e o Relatório de Contas, que também estão aprovados pela Câmara Municipal. -----

Para terminar disse que, quando referiu que o Parque Biológico era autossustentável, queria dizer que eles conseguem com a receita do próprio Parque fazer frente às despesas correntes, alguma despesa que não seja corrente, que é outro tipo de investimento já não conseguem, por isso vão recorrer a essa verba. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado por maioria, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista e dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, os votos contra dos Senhores Deputados Egídio José Coutinho Frias e Luís Filipe Garcia da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS” e oito abstenções de Deputados da mesma bancada e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos, aprovar o contrato programa a celebrar entre o Município de Vinhais e a ProRuris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural, EM. -----

Seguidamente o Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“1) porque o documento que nos é apresentado se apoia na ideia de que o concelho de Vinhais se encontra em zona periférica e de por essa razão não ter condições para garantir a sustentabilidade de investimentos privados, de não ser atrativo. -----

Rejeitamos essa ideia. -----

2) o parque biológico pratica preços abaixo do valor de mercado. -----
esta situação é altamente penalizadora dos agentes privados na área do turismo, o que provoca uma situação de injusta ou mesmo desleal concorrência. -----

3) a Proruris tem desenvolvido atividades que extravasam o seu objetivo, como é o caso da tourada à Portuguesa e para a qual dispõe de um orçamento de 30.000 € -----

4) Porque entendo que a empresa deve apresentar um orçamento equilibrado e financeiramente sustentável pois que e, dado o facto de a empresa não dispor de um sistema de contabilidade analítica onde se identifique o diferencial de preços praticados.” -----

2.6 – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2014. -----

Foi presente o Relatório de Avaliação do ano de dois mil e catorze, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

Seguidamente o Senhor Deputado Egídio José Coutinho Frias, apresentou a seguinte intervenção: -----

“Queria dar um agradecimento a uma quantidade de gente que raramente é lembrada, também pelo empenho, pelo carinho que põem na resolução de problemas, portanto é um voto só de felicitações. -----

Gostava era que o relatório fosse mais explícito, gostava que partilhassem connosco era a dimensão do problema social em Vinhais, sei, não só das crianças, mas como inclusivamente da violência doméstica que tem alguma dimensão em Vinhais, a violência nas crianças é significativa, também, nomeadamente até no namoro, que é uma coisa que anda toda acalorada, mas também é significativa e era importante que a gente tivesse uma ideia de que quanto significativo é. Não lhes vou perguntar o que é que vocês vão fazer, porque com certeza fizeram o vosso melhor, deram o vosso melhor e com certeza com isso diminuíram ou anularam muita tensão e muito atrito. -----

Às pessoas que elaboraram este relatório, que colaboraram com esta instituição, o muito obrigado, em nome de todos nós.”-----

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, dizendo que, este relatório é preenchido numa plataforma da Comissão Nacional Proteção de Crianças e Jovens em Risco, utilizado por todas as CPCJ. -----

Este é omissivo quanto ao número de casos, porque tem que o ser, devido ao caráter reservado dos processos. -----

Tomado conhecimento. -----

3 - PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO.

Sem intervenções. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, declarou encerrada a sessão, eram dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----